

---Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e dez do Município de Óbidos;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da proposta de alteração ao Regulamento Municipal para atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da proposta de alteração ao Regulamento de Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção Social do Município de Óbidos;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual autorização de repartição dos encargos por mais de um ano económico, referente à Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho;-----

---Ponto número seis – Apreciação e eventual autorização de repartição de encargos por mais de um ano económico, referente ao Contrato-Programa entre a empresa municipal Óbidos Patrimonium, E.E.M. e o Município de Óbidos, para o biénio de dois mil e onze e dois mil e doze, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho;-----

---Ponto número sete – Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e dez, da empresa municipal Óbidos Patrimonium, para conhecimento;-----

---Ponto número oito – Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e dez, da empresa municipal Óbidos Requalifica, para conhecimento;-----

---Ponto número nove – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número dez – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Carlos Alberto Rodrigues Zina, Sérgio Cláudio Correia Félix, Luís da Costa Sousa e das Senhoras Deputadas Sílvia Sara Sousa Saramago, Ana Catarina Brás de Carvalho, Sabrina Maria Paula Pinto Ribeiro, que foi substituída pelo Senhor Deputado Floriano Rodrigues de Almeida, e de Anabela Blanc Capinha Corado, que foi substituída pela Senhora Deputada Gisela Catarina Rosário Martins Pereira.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.-----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número um, de vinte e quatro de Fevereiro do corrente ano, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Sérgio Cláudio Correia

Félix e de Joaquim Elias Timóteo Carlos à reunião de vinte e quatro de Fevereiro do corrente ano. Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Carlos Alberto Rodrigues Zina e de Sérgio Cláudio Correia Félix e das Senhoras Deputadas Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Catarina Brás de Carvalho, Sílvia Sara Sousa Saramago e de Sabrina Maria Paula Pinto Ribeiro à presente reunião e Boletim “A Fonte” da Junta de Freguesia do Olho Marinho. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, a saber: Apreciação e eventual aprovação da proposta para desafecção para o domínio privado da área de dez mil metros quadrados, ao abrigo do previsto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme identificado na planta anexa ao aditamento ao alvará de loteamento, local onde se encontra implantada a ETAR do Casalito.---

---O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou porque é que só agora foi entregue cópia do documento.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que foi por lapso dos serviços.---

---Como não houve mais intervenções, foi posta à votação a inclusão do novo ponto na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número dez. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Presente o ofício número trezentos e um da Associação Nacional de Municípios Portugueses, chamando à atenção para a necessidade de a Assembleia Municipal proceder à eleição do Presidente de Junta de Freguesia, bem como do seu substituto, que, em representação de todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, participará no décimo nono Congresso daquela Associação.-

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita disse que existe uma Associação que representa as nove freguesias, pelo que deveria ser o seu Presidente a participar no Congresso.-----

---Foi presente a proposta que a seguir se transcreve: “Os Presidentes de Junta propõem o Presidente da Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos, Sérgio Cláudio Correia Félix e como suplente o Presidente da Assembleia da Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos, Joaquim Elias Timóteo Carlos.”.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e um voto nulo. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Capinha disse que a sua intervenção era para corrigir uma entrevista que o Senhor Vereador do PS deu à imprensa regional. Refere um erro gravíssimo, relativo à aprovação de um edifício com três lotes no Bom Sucesso, como tendo sido um dos exemplos de má gestão do PSD. Toda a gente sabe que foi má gestão do PS. Não teve o cuidado de corrigir o erro na edição seguinte. Isto é revelador da sua postura, da forma como tem feito política nestes últimos anos. É uma questão política, pelo que faz esta correcção na Assembleia Municipal. É referido na mesma entrevista que Telmo Faria será convidado para um cargo de Secretário de Estado no próximo Governo. Esta questão não deixa de ser curiosa, porque têm assistido a uma política, por parte da oposição, de ataque, até pessoal, ao Senhor Presidente da Câmara, de ataque às políticas que tem desenvolvido para Óbidos e das quais tantos têm beneficiado. Todos se devem orgulhar. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual era a sua vontade.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se deu ordens para retirar a propaganda do PCP, junto à rotunda do Pingo Doce, no Olho Marinho, em Óbidos, etc.. Porque razão é que os antigos candeeiros da Vila de Óbidos estão quase todos apagados e a serem substituídos por projectores, inclusive, na Porta da Vila. O antigo campo de futebol está às escuras, só tem iluminação nas festas. O caminho dos arcos também está às escuras. Não é uma questão de economia, porque os projectores consomem mais do que os pequenos candeeiros que existem ao longo da Vila. No caminho que vai para o cemitério do Bairro dos Arcos, rebentou um aqueduto, tem uma grande cratera, um enorme buraco, já há bastante tempo. Na estrada da Capeleira, a seguir à ponte da via rápida, também existe um buraco enorme dentro da valeta, com mais de um metro de fundo. Chamou à atenção, mais uma vez, para o problema da ponte sobre a via rápida, na descida da Capeleira. A qualquer momento, um despiste, um acidente, uma pessoa que desconheça, cai na via rápida. Está ali uma situação de grande perigo. Na ponte sobre a barragem existe a mesma situação. Nunca foram colocados railes de protecção. Existe falta de iluminação na mesma. Leu o documento que a seguir se transcreve: “Na freguesia do Olho Marinho, foi iniciada há cerca de quatro anos a exploração de calcário no sítio outrora conhecido por Cabeça da Lapirda ou nome semelhante, que se localiza junto à estrada que vai do Olho Marinho para as Cezaredas. A exploração que começou em terrenos particulares, estendeu-se quase de certeza a terrenos baldios. Este património geológico está a ser explorado por uma entidade que desconhecemos e que não está devidamente identificada no local e não se sabe também qual o organismo oficial que a licenciou. O panorama no local, pela grande quantidade de inertes removidos, nomeadamente grandes blocos de pedra e pelo equipamento extractivo instalado, fere manifestamente o enquadramento paisagístico e porá, com certeza, em causa o ecossistema local. Em Abril de dois mil e dez, a CDU requereu na Assembleia de Freguesia do Olho Marinho que a Junta de Freguesia tomasse medidas no sentido de averiguar da legalidade da exploração e da necessidade de salvaguardar os interesses da freguesia. Perante a ausência de resposta por parte da Junta de Freguesia, a CDU requereu de novo na mesma Assembleia, os esclarecimentos devidos sobre o assunto. Só em Dezembro de dois mil e dez, ficámos a saber através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia que a pedreira estava a funcionar com “uma autorização especial”, mas sem licença. Perante esta informação, em catorze de Janeiro passado, dirigimos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, uma carta registada com aviso de recepção, em que pedíamos uma reunião a fim de ver esclarecido cabalmente este processo. Violando, mais uma vez, o Estatuto do Direito de Oposição, mas também o próprio Código do Procedimento Administrativo, no que concerne à obrigação de a Administração Pública informar sobre os processos administrativos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos não se dignou responder, quanto mais não fosse para dizer que não estava disponível para a dita reunião. Assim, vimos requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicite ao Senhor Presidente da Câmara a resposta urgente, às seguintes perguntas: Primeira – Qual o suporte legal para a concessão de “uma autorização especial” para o funcionamento da referida instalação? Segunda – Qual a entidade ou órgão que concedeu a dita autorização especial? Terceira – Qual o nome da entidade a quem foi concedida a autorização? Quarta – Onde está sediada? Quinta – Quando foi atribuída a referida autorização especial? Sexta – Que medidas tomou a Câmara Municipal de Óbidos no sentido de averiguar com regularidade o cumprimento das normas legais referentes à exploração de minérios?”.

---O Senhor Vereador José Machado, defesa da honra, disse que, relativamente ao que o Senhor Deputado José Capinha afirmou, houve de facto uma pequena gralha, mas como a entrevista mais completa passou na rádio uns dias depois de a publicação ter sido distribuída em suporte de

papel, não viu necessidade de solicitar qualquer rectificação, porque na rádio percebe-se o contexto. A questão dos Gs surge por iniciativa da jornalista, mas vem no contexto da legalização das bombas de gasolina que a maioria da Câmara Municipal quer instalar entre o cruzeiro da memória e a escola Josefa de Óbidos. Há um conjunto de pessoas, da direita à esquerda, a acharem que é um erro. É um erro, porque existe um parecer de alguém que diz que aquilo está bem assim. Faz lembrar o outro parecer, quando foi dos Gs, que a Câmara Municipal, liderada pelo PS, aprovou, com a concordância de um Vereador do PSD e a abstenção de outro. Por conseguinte, esse erro, que é imputável, maioritariamente, à gestão do PS, teve uma excelente colaboração involuntária. Todos, de boa fé, partilharam aquele erro. Chamou à atenção para que, agora, com as bombas de gasolina, não se deviam repetir erros. Sobre as eventuais funções que o Senhor Presidente da Câmara Municipal irá desempenhar no futuro, disse que, como na altura as sondagens davam uma vantagem muito grande ao PSD, se ele fosse convidado para secretário de estado, para uma determinada pasta, o felicitaria pessoalmente.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que as actas da Assembleia Municipal deveriam passar a ser colocadas no portal do Município na internet, por analogia ao que já acontece com as actas da Câmara Municipal e para dar cumprimento ao princípio da transparência e da proximidade aos munícipes. É benéfico para todos os munícipes que as actas passem a ser divulgadas.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que se congratulam muito com a forma como decorreram as cerimónias da Semana Santa. Tal como foi acordado na sessão de Câmara, em finais do ano passado, ficou de ser divulgada, até ao final do mês de Abril, uma relação com a situação financeira e com a relação custo / benefício dos projectos Óbidos Criatividade e dos eventos mais relevantes da Óbidos Património. Isto tem como pano de fundo as questões da sustentabilidade. Perguntou quando é que se prevê essa divulgação, que tinha ficado acordada.---

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que se congratulava com o tom com que o Senhor Deputado José Capinha se referiu a estes assuntos. Existe uma deliberação da Câmara Municipal a mandar demolir os edifícios. Essa deliberação foi tomada tendo já presente a imprensa toda e existe um comunicado em nome da Câmara Municipal que censura o Vereador José Machado por aquilo que ele disse, pela posição política que tomou. Isto deu lugar a três processos no valor de milhares de euros de indemnização e a Câmara Municipal tomou uma deliberação, no sentido de demolir esses blocos e nunca fez nada por isso. Este assunto é muito complicado e melindroso. Sobre a possibilidade de o Senhor Presidente da Câmara Municipal ir para secretário de estado disse que tem pouco a acrescentar. Gostava de falar, um dia, sobre isso, mas quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estivesse presente, porque o mérito ninguém lho tira. Da parte do PS haverá sempre um reconhecimento. Há uma série de candeeiros sem vidros e com um microfone lá dentro. A Câmara Municipal, em boa hora, fez divulgar o filme da Semana Santa de mil novecentos e sessenta e três. Era bom que a Câmara Municipal pudesse fazer daquilo uma edição ou uma reprodução, que depois comercializasse.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que os edifícios que foram construídos foram aprovados pelo PS, no mandato do Pereira Júnior. É uma vergonha aquela gestão da Câmara Municipal, com base em pareceres de assessores. Não vale a pena estar a culpar o PSD de uma mácula que é única e exclusiva responsabilidade da gestão socialista da Câmara Municipal. Achou carinhoso, bonito, quando disseram que o Presidente da Câmara Municipal ia para secretário de estado. Mas esse gesto tem um pressuposto assente. É que já estão preparados para perder as eleições. Já é o PS que vai indicando o nome do futuro governo do PSD, o que é animador. Mas relativamente a isso, se calhar o Telmo Faria não vai aceitar o cargo de secretário de estado, porque dada a sua eficiência e capacidade de concepção é capaz de ser para outra

coisa. Era justo. Estava a vê-lo mais como Ministro da Cultura, Ministro da Defesa, porque tem trabalhos académicos nesta área. O Município de Óbidos tem nas listas para a Assembleia da República o Presidente da Assembleia Municipal, com um lugar mais que elegível, para lutar pelos interesses do Concelho e da Região. Já deu provas disso, quer na Assembleia da República, quer no Governo. É um quadro altamente qualificado e demonstra bem como os quadros do PSD de Óbidos estão colocados. Estão postos para defender os interesses do País, com o seu conhecimento e saber. Nas listas do PS para a Assembleia da República não aparece nenhum quadro do Concelho de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Victor Mata disse que estão no mês de Abril, um mês importantíssimo, que tem diversas reflexões. Uma é a nível espiritual. Todos os meses de Abril são importantes, porque não é só o mês da apresentação das contas das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. É a reflexão política do momento actual. Está tudo ligado. Não podem separar as coisas, os assuntos, da Câmara Municipal, das Freguesias e política central. Escreveu um texto para apresentar aos Deputados da Assembleia de Freguesia, inserido no relatório de gestão. Em A dos Negros comemorou-se Abril. É adepto do movimento de Abril de setenta e quatro. Leu o texto que a seguir se transcreve: “Neste momento tão difícil que Portugal está a atravessar, já perto da banca rota, negociando com o FMI mais um conjunto de pacotes de ajuda financeira que irá certamente pesar muito nos Portugueses (principalmente nos mais desfavorecidos), ninguém poderá ficar alheio a esta tragédia Portuguesa, cujos seus maiores responsáveis vão ficando sempre impunes e podres de ricos, apoiados pelo seu grande “exército” de militantes, simpatizantes e muitos “boys” aliados e subordinados do todo poderoso sistema financeiro predominante. Com eleições legislativas à vista, antecipadas por falta de entendimento entre os senhores do poder político, dos dois maiores partidos, PS e PSD, partidos esses, que vão alternando o poder entre si, já há mais de trinta e cinco anos, também de vez em quando com uma ajudinha do CDS/PP. Agora e como sempre fizeram, vão continuar a sua constante campanha eleitoral com a tradicional troca de acusações e mentiras para mais uma vez convencerem o povo para depois repartirem o poder com o maior número de deputados possível para o Parlamento. Parlamento esse, que na minha opinião, deveria ser reduzido para metade dos deputados e talvez já fossem muitos. Infelizmente o nosso povinho parece estar satisfeito com os seus (des)governantes e por isso, como é costume, vota sempre nos mesmos. Sendo assim, também tem “culpas no cartório”, contribuindo democraticamente para o estado calamitoso a que isto chegou. Pela minha parte, gostaria que as próximas eleições despertassem um sentimento mais consciente nas pessoas e que desta vez penalizassem, através do seu voto, os dois partidos maioritários já minados de tanta podridão no seu seio. Como Presidente de Junta de Freguesia e cidadão totalmente independente de máquinas partidárias, não posso deixar de manifestar o meu desalento pela situação actual com os olhos postos no futuro, o qual pretendia que fosse mais harmonioso e que fossem cumpridos os ideais de Abril para a construção de uma sociedade mais justa. A revolução de Abril não pode ser pensada ou comemorada só como um acontecimento histórico que culminou com o anterior regime político opressivo, a revolução de Abril não foi só um movimento militar vitorioso ocorrido há trinta e sete anos, foi acima de tudo uma grande porta que se abriu às ideias, aos partidos, políticos e aos restantes cidadãos não partidários para que livremente todos se pudessem expressar das mais variadas formas e para que pudessem, por essa tal porta, entrar e sair com o devido respeito e dignidade. Esses valores têm vindo a sofrer (infelizmente) grandes alterações e lamentavelmente mais visíveis nas classes dominantes e o resultado chegou ao que chegou. Há quem queira atribuir culpas ao vinte e cinco de Abril da actual situação, mas na realidade os verdadeiros culpados da crise são aqueles que desrespeitaram

os seus valores e ideias e alojaram-se como oportunistas nos corredores da falsidade, da ganância e do egoísmo. Honra seja feita a quem ainda sente o tacto de mãos amigas e fraternas; Honra seja feita a quem ainda ouve as vozes do povo mais explorado e oprimido; Honra seja feita a quem ainda vê a democracia em estado puro; Honra seja feita a quem ainda sente o cheiro dos cravos de todas as primaveras; Honra seja feita a quem ainda sente o gosto pela verdadeira liberdade. Dado o estado a que o Estado chegou, vergonhosamente teremos que obedecer às regras impostas pelo FMI que vem dar ao País um atestado de incompetência a todos os responsáveis pelos mais altos cargos de soberania e não só. É necessário uma grande reflexão e corrigir as imensas coisas que estão mal, a distribuição da riqueza tem que ser feita de uma maneira mais equilibrada e mais justa, tem que haver obrigatoriamente reformas estruturais do Estado, temos que agir de forma a garantir um futuro digno para muitos milhares de jovens que não conseguem trabalho, independentemente do seu grau académico, etc., etc.. Resumindo, é preciso fazer uma nova revolução, não com armas, mas sim com ideias criativas, doseadas de aromas dos cravos vermelhos de Abril de setenta e quatro, com outros perfumes de outras flores multicores e harmoniosas que caibam nesse desejado jardim, onde terão que ser cuidadosamente e constantemente eliminadas todas as ervas daninhas. A política deveria de ser a arte de bem governar, portanto está na hora de fazer outra grande revolução a que eu posso chamar a nova Revolução Ideológica, sem esquecer o espírito ainda vivo do vinte e cinco de Abril de setenta e quatro, data da última República Portuguesa. Viva o espírito de Abril e força para a nova Revolução Ideológica.”-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que sabe que as celebrações da Semana Santa não são da responsabilidade da Câmara Municipal. Seria ideal a Vila estar sem carros, pelo menos onde passa a procissão. Os comerciantes não respeitam o que se faz em Óbidos. A Procissão dos Passos está a seguir um caminho que não é muito habitual em Óbidos. Não é normal as Senhoras levarem capas. As procissões em Óbidos tiveram sempre uma postura, uma forma muito rígida e que hoje se está a perder um bocado. São coisas para se reflectir mais na próxima da Semana Santa. Pediu à Câmara Municipal se podia intervir num péssimo serviço público que o Concelho de Óbidos está a ter neste momento, a distribuição do correio. Já se dirigiu várias vezes, por escrito, aos responsáveis, nunca tendo obtido resposta. Quando reclama, as coisas melhoram durante um mês ou dois, nomeadamente a entrega do correio registado.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que era importante aprovarem uma moção, a enviar à Administração dos Correios, a lamentar o péssimo serviço que estão a prestar no Concelho de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos congratulou-se com o Victor Mata, por ser o único Autarca que festeja o vinte e cinco de Abril em Óbidos. Perguntou sobre o estado do relógio da torre. Disse que consta que vão ser despedidos oitenta trabalhadores. Questionou se era na Câmara Municipal ou na Óbidos Patrimonium. Perguntou ainda porque é que só eram tapados os buracos mais visíveis das estradas rurais.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não mandou retirar a propaganda do PCP. Os candeeiros não são o local apropriado para colocar altifalantes. Existem alguns candeeiros sem vidros, porque têm vindo a testar um outro tipo de iluminação pública. As questões relacionadas com os railes de protecção, merecem toda a atenção da Câmara Municipal. O que podem fazer é reforçar o contacto com as entidades que são responsáveis pela criação da segurança nos viadutos, que foram criados pela construção da A oito. Disse que a Câmara Municipal emitiu um parecer para indeferimento da pedreira e manteve o mesmo. Não comenta a

divulgação das actas da Assembleia Municipal, achando, contudo, que é uma excelente ideia. Em Dezembro de dois mil e nove a Câmara Municipal tomou uma deliberação de mandar demolir os Gs em resultado daquilo que a lei diz. Em Julho, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, de onde o Senhor Deputado Luís Carvalho era seu Chefe de Gabinete e pessoalmente não deve ter visto, porque, possivelmente, não lhe passava tudo pelas mãos, mandou uma decisão do Senhor Inspector, homologada pelo Senhor Secretário de Estado, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, propondo a sua perda de mandato, por incumprimento, pelo facto de não mandar demolir um destes edifícios. Só tiveram conhecimento disto em Janeiro de dois mil e dez. Imaginem que o Presidente da Câmara Municipal não tinha tomado essa deliberação. Como é que podia explicar à inspecção que não estava a cumprir a Lei. Ou era isso que o PS efectivamente desejava. Esta é uma questão que merece muita apreciação e muita discussão. Sabem como estas coisas são feitas. As resistências do PS foram, aliás, bem fortes, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. Só percebeu bem quando recebeu a carta do Senhor Secretário de Estado. Tem razão para se sentir intrigado, com tamanha contestação e oposição a que a Câmara Municipal e o seu Presidente mandassem fazer aquela ordem de demolição. Existem um conjunto de acções judiciais que suspenderam, de alguma maneira, essa decisão do Município. Enquanto não ocorrerem as decisões, não podem fazer cumprir a deliberação. Sobre as saudades de sessenta e três disse que pode perguntar quais são as possibilidades técnicas de guardar essa memória e de torná-la mais socializada. Foi o período inicial de um longo período de tradições que souberam manter. As tradições são património imaterial, nomeadamente as questões das celebrações religiosas. A Câmara Municipal é co-organizadora. O Senhor Deputado Victor Mata diz o que pensa. Deu aqui uma lição aos falsos independentes. O Senhor Administrador poderá fazer chegar os resultados da Óbidos Patrimonium. O custo / benefício da Óbidos Criativa data de Abril e é difícil, porque a operação Óbidos Criativa é um conjunto de nove intervenções que visam cumprir dois grandes objectivos, que são hoje considerados prioritários em matérias de políticas urbanas. Regeneração económica e recuperação e valorização patrimonial, cruzadas em simultâneo. O Município de Óbidos durante vários anos comprou ruínas, evitou que essas ruínas pudessem cair na terceira e quarta habitação, que tanto tem contribuído para a desertificação do centro histórico. Procurou uma receita extraordinária. Conseguiu conquistar apoios para essa receita extraordinária, através de fundos comunitários. Desenvolveu os projectos e está a iniciar esse programa de intervenção. O financiamento é esmagadoramente externo, a fundo perdido. Se ainda houver dúvidas sobre o custo / benefício, terá muitas dificuldades em acrescentar mais argumentos. Na Óbidos Criativa fazem regeneração económica, porque querem trazer jovens famílias para morar em Óbidos. Diversificar as actividades económicas. Dar preferência ao regulamento em que estão a trabalhar. Só é necessário estar aprovado quando as intervenções estiverem todas a terminar para que todos os espaços sejam ocupados. Há possibilidade de novos negócios se instalarem, porque o centro histórico está excessivamente monopolizado por uma certa monocultura de serviços relacionados com o comércio e com a prática de serviços públicos. O que pretendem é diversificar as actividades económicas, trazer mais algumas famílias, de preferência jovens famílias, alguns negócios e recuperar casas que estão a cair, designadamente na Rua Nova. Disse que tem um compromisso com o Município de Óbidos e esse compromisso está, desde dois mil e dois, bem patente. Coordenar e dirigir a Câmara Municipal e procurar fazer com que um Concelho pequeno e um Concelho muito debilitado possa ser um exemplo no País de como é possível dar a volta. Todas as coisas que se possam dizer, Óbidos trampolim, carreira política, membro do governo, etc., é tudo muito simpático, mas o mais importante é conseguir dar um contributo para que a sua

terra possa ser uma terra que atraia investidores, que atraia coisas interessantes e que se esteja sempre a refazer, a procurar e a atrair novas dinâmicas. Vê com muita simpatia aquilo que são os primeiros dados em termos do que está a acontecer. Disse em dois mil e um que esperava que em dois mil e onze os censos viessem, de forma fria, independente, científica, séria, mostrar como está o Concelho, em vários parâmetros e em vários indicadores de desenvolvimento. Tem um compromisso de cumprir o seu mandato, como Presidente da Câmara Municipal, até dois mil e treze e o que quer fazer é cumprir o mesmo. Não está minimamente interessado em desviar-se deste objectivo. Quer continuar a ser Presidente da Câmara Municipal. É uma honra. Sobre despedimentos disse que existem pessoas que têm diferentes vínculos. Têm um conjunto de serviços que apresentam às pessoas. Esses serviços continuam, mantêm-se e serão assegurados. Alguns lugares que tenham tido por base o compromisso de algum serviço que já tenha sido cumprido, são analisados, como sempre foram. Se algum contrato não for renovado, prende-se com a avaliação que é feita do trabalhador, do cumprimento do objectivo e da necessidade futura do Município. Pediu aos membros da oposição para não levantarem papões, para não criarem situações de instabilidade, para não lançarem descrédito à volta da instituição Município, porque é o Município que os reúne aqui e é o Município que têm que saber preservar.-----

---Foi presente a moção que a seguir se transcreve: “Moção – Considerando a degradação a que chegou a distribuição do correio no Concelho; Considerando que, apesar das várias reclamações individuais já efectuadas, as mesmas não foram acolhidas pela Administração dos CTT – Correios de Portugal; Considerando a importância dos direitos fundamentais que são assegurados pela actividade postal. A Assembleia Municipal de Óbidos reunida em sessão ordinária de vinte e nove de Abril do corrente ano, deliberou: Primeiro – Chamar à atenção da Administração dos CTT para a situação actual de má prestação do respectivo serviço público; Segundo – Exigir que tal serviço seja, com a maior brevidade, reformulado no sentido de satisfazer convenientemente os interesses da população do Concelho.”-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que a estação dos correios passou só a um posto de manutenção. O correio de Óbidos é distribuído através de Caldas da Rainha. Acha que o serviço devia ser reposto, como antigamente, ou seja, o posto de correio continuar em Óbidos.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que talvez fosse melhor trocar a palavra “exigir” por “instar”, para não ser agressivo, no sentido de ter uma reacção que não seja aquela que se pretende.-----

---Posta a moção à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse sobre a sua pessoa entrou por um ouvido e saiu por outro. Relativamente a algumas pessoas que porventura se identificam com as insinuações que foram feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, são pessoas com quem já perdeu a esperança de vir a ter alguma estima e portanto a sua intervenção perdia, por essa via, algum interesse. São estas questões que provavelmente demonstram que entre ele e o Senhor Presidente da Câmara Municipal é difícil haver alguns mínimos de entendimento, porque provavelmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal está habituado a um conjunto de pessoas que correspondem à figura que tentou descrever na sua pessoa. Provavelmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal é que anda mal rodeado, de pessoas que estão disponíveis, ao utilizar os pequenos poderes que vão tendo nesta vida, para fazerem determinados fretes pessoais ou partidários e é-lhe difícil confrontar-se com uma pessoa que ele sabe que não está disponível para esse tipo de fretes. Compreende que isto venha da boca de uma pessoa leal ao PSD. Já começa a passar algum tempo e no dia em que

alguém quiser falar consigo sobre Inspecção Geral da Administração do Território e a passagem dos vários governos e sobre as funções da Administração Geral da Administração do Território, está disponível para falar com essas pessoas cá. Provavelmente a pessoa do PSD tem uma enorme estima, uma enorme saudade, dos tempos em que a Secretaria de Estado da Administração Local, que tutela, há muitos anos, a Inspecção Geral da Administração do Território, era liderada por pessoas como o Miguel Relvas, entre outras. Não se espanta com as saudades que possa ter desse tempo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E DEZ DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e noventa e quatro, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e dez do Município de Óbidos.--

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a prestação em dois mil e dez é marcada por um conjunto de factores que não são estranhos. O Município de Óbidos tem um conjunto de receitas que determinam os orçamentos e os mesmos são equilibrados. O que se pede à Assembleia Municipal não é falar do orçamento, da previsão, nem daquilo que se vai fazer, mas sim falar daquilo que se conseguiu fazer, face às circunstâncias da obtenção da receita. Dois mil e dez foi um ano particularmente interessante, porque não houve eleições, mas houve inaugurações. Há, muitas vezes, a acusação de que o Município de Óbidos tem esta característica de fazer as suas maiores inaugurações fora das eleições, nomeadamente os complexos escolares. Estes são os investimentos mais emblemáticos, os que têm maior repercussão do ponto de vista da concentração de investimentos na conta de gerência. É um bom exemplo daquilo que conseguiram fazer. O que está nas contas tem que ser analisado, aprovado, escriturado e auditado por uma série de organismos e de entidades. Querem que as pessoas percebam um bom exercício financeiro e percebam o que ganharam com as despesas que o Município fez. As despesas que fizeram em dois mil e dez foram superiores à capacidade de receita. A capacidade de receita teve que se socorrer a receitas extraordinárias, como por exemplo, empréstimos, e a própria dívida, que está na documentação, reflecte exactamente aquilo que é uma opção do Município para conseguir trazer à realidade da população do Concelho um conjunto de investimentos que de outra maneira não conseguiria ter tão cedo. Parece que existe a tendência de algumas pessoas de dizerem que reconhecem que há uma realidade de obras e funcionamento de creches, jardins, apoios a instituições, funcionamento de serviços em todo o lado, escolas, complexos do melhor que existe, mas o preço que se vai pagar é uma coisa gigantesca. Houve até quem já comparasse isto à situação nacional, como se estivessem perto daquilo que tem sido a gestão a nível nacional das contas públicas. Não têm nenhum problema com a gestão e com um conjunto de decisões que tomaram durante o ano de dois mil e dez. Foi graças a essas decisões que conseguiram ter a realidade de que se orgulham de ter agora. Não se pode, durante o ano de dois mil e dez, estar nas festas, nas inaugurações, dizendo-se que se apoio e depois, quando chegam os papéis, dizerem que contestam, porque existe um dívida, existe isto e aquilo. Quando querem desvalorizar alguma coisa, atacar alguma coisa, pegam precisamente nesse lado. Como a memória é curta, fazem esquecer que estiveram associados, ou que, de alguma maneira, apoiam e concordam com aquilo que tem sido o modelo de gestão do Município de Óbidos. O modelo de gestão tem sido este, nomeadamente o de tomar decisões que conseguiram antecipar determinados benefícios às populações, que de outra maneira elas não teriam acesso. A política é isto. É o conseguir providenciar que as famílias, os investidores, as instituições, no fundo, o território, continue a

sair cada vez mais valorizado e que haja um bom desenvolvimento social e desenvolvimento económico, com um nível bastante interessante. Pôr certas coisas à volta da dívida é agitar fantasmas e manchar a qualidade de oferta que o território hoje tem. Acha que não há ninguém na sala que não tenha feito empréstimos, não tenha uma dívida. Isto hoje faz parte de uma realidade que obriga a que os decisores públicos tenham consciência daquilo que estão a fazer. Têm procurado ser o mais responsável possível na tomada de decisões e parece-lhe que hoje conseguem ter um equilíbrio naquilo que é a projecção do modelo de desenvolvimento a que aspiram. Há coisas que não podem fazer, têm que cortar, a economia não deixa, as receitas próprias caem brutalmente. Há um conjunto de aspectos que têm que ser perfeitamente considerados. Esta questão da dívida não é importante, a não ser que demonstrem e convençam que o Município de Óbidos está a cometer despesa com coisas que não fazem sentido. Desafia quem assim pensa para demonstrar na conta de gerência, onde é que andaram a gastar dinheiro indevidamente. Se concordam com essa despesa, reconhecem que a mesma faz falta. O Município tem hoje uma capacidade financeira muito distinta do que tinha há dez anos atrás. Tem hoje uma robustez que lhe permite fazer aquilo que tem feito. É preciso trazer alguma seriedade e contextualização às contas da Câmara Municipal, tendo em conta este aspecto. Dois mil e dez foi fundamental para conseguirem marcar os próximos anos em termos de execução financeira e até gastarem o mais que pudessem, porque tinha muito a ver com a acessibilidade aos fundos comunitários. Sabem aquilo que estão a fazer, têm os pés bem assentes na terra, têm consciência das dificuldades, que são imensas. Não sabe o que aí vem. O contrato para a construção do quartel da GNR foi por água a baixo, sem nenhuma explicação, bem como a loja do cidadão, o regadio, etc.. Haja a seriedade intelectual de não exigirem ao Município de Óbidos mais do que aquilo que consegue fazer com as suas receitas. A intenção era fazer com que as pessoas tivessem informação, apreciassem a mesma, e de boa fé usassem os números na sua discussão e apreciação. Se isso não acontecer, lamenta, porque estão a apresentar factos. Quando a Câmara Municipal quer vender, alienar património, há sempre quem levante problemas, para que a Câmara Municipal não tenha essa receita e possa estar na pior situação possível. Não é isso que querem. -----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação das contas em powerpoint.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos leu o documento que a seguir se transcreve: “Os documentos de prestação de contas que nos termos legais nos são apresentados para apreciação, discussão, votação e aprovação contêm vasta e importante informação que nos permite de forma detalhada debruçarmo-nos sobre a “Gestão Municipal de dois mil e dez”. O “Relatório de Gestão” apresentado, mais do que um documento técnico é um documento que consubstancia uma orientação política que em muitos casos discordam e que mostra que a razão de ser das críticas que formulámos aquando da apresentação, discussão e votação dos “Plano e Orçamento para dois mil e dez”. Dissemos então que uma parte significativa dos valores incluídos no “Orçamento” não tinham sustentabilidade e não passavam de mera ficção cujo objectivo mais não era do que “alargar” algumas rubricas de modo a possibilitar uma gestão discriminada do mesmo. Exemplos? No que concerne à venda de “Bens de Investimento” foi considerada no “Orçamento de dois mil e dez” a verba de seis milhões oitocentos quarenta e sete mil quinhentos e noventa e dois euros e onze cêntimos e a execução orçamental não passou de uns exíguos cento e vinte e quatro mil e oitocentos euros, isto é, “um pequeno” desvio de seis milhões setecentos e vinte e dois mil setecentos e noventa e dois euros e onze cêntimos. Comentários para quê. No que à Óbidos Requalifica diz respeito ocorreu coisa semelhante, ou seja, no Orçamento inicial de dois

mil e dez foi prevista e venda de seis lotes, no valor de quinhentos e sessenta mil euros. E quantos lotes foram vendidos? Zero. Ou seja, a aproximação à realidade ficou arredada dos documentos provisórios apresentados. No que concerne às Empresas Municipais importa sublinhar o seguinte: No nosso entender a capacidade de intervenção e o papel desta Assembleia Municipal foram fortemente mitigados porquanto se auto-limitou de fiscalizar a actividade e funcionamento das referidas empresas ao aprovar os estatutos aquando da sua constituição da forma como o fez. Ou seja, esta Assembleia abdicou, erradamente, no nosso entender, em favor do órgão executivo, dos seus poderes originários que, diga-se em abono da verdade, já não são muitos. Exemplos, entre outros possíveis. Em Dezembro último, conforme consta da acta desta Assembleia, requeremos que nos fosse entregue o Mapa de Pessoal da Óbidos Patrimonium. Até agora a Câmara Municipal fez letra morta do requerido. Provavelmente temos, nos termos da Lei, que recorrer a outras instâncias tutelares da actividade dos órgãos das autarquias. Nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, “compete à Assembleia Municipal (...) autorizar o município, (...) a criar (...) empresas municipais e aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais (...)”. Por acaso algum dos membros que integram esta Assembleia conhece a remuneração dos membros dos corpos sociais das Empresas Municipais? E se os membros dos respectivos Conselhos de Administração eleitos e a tempo inteiro no executivo Camarário são ou foram remunerados pelas Empresas Municipais? No orçamento para dois mil e onze das respectivas empresas, sem se fazer qualquer distinção, é afirmado que os administradores exercem o cargo a título gracioso, o que parece ser uma grande mentira porquanto não acreditamos que os administradores executivos sejam de tal modo magnânimes ao ponto de exercerem as suas funções sem remuneração. Aliás, os próprios documentos apresentados desmentem a afirmação de que os administradores exercem o cargo a título gracioso. Pelo menos os administradores executivos são remunerados. Ora, a fazer fé nos documentos entregues a esta Assembleia, para conhecimento, isto é, enfatizamos só “para conhecimento”, as remunerações médias mensais dos órgãos sociais verificadas em dois mil e dez, foram de quatro mil duzentos e trinta e nove euros, na Óbidos Patrimonium, isto é, um aumento de dezoito por cento relativamente a dois mil e nove, e de três mil e setenta e dois euros, na Óbidos Requalifica. Isto sem levar em linha de conta os encargos sobre as remunerações, em ambos os casos. Ainda sobre o “Relatório de Gestão dois mil e dez” aprovado pela Câmara Municipal e que nos é apresentado, duas considerações: Na “Estrutura das Despesas”. No que concerne à “Execução Financeira” de “Aquisição de Bens e Serviços”, de uma “Execução Física” de oito milhões duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove euros e trinta e nove cêntimos, correspondeu uma “Execução Financeira” de três milhões setecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e catorze euros e trinta e oito cêntimos, isto é, quarenta e um, vírgula, doze por cento; no tocante à “Aquisição de Bens de Capital” que totalizaram treze milhões setecentos e quinze mil quinhentos e dezassete euros e treze cêntimos, correspondeu uma “Execução Financeira” de sete milhões seiscentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos, ou seja, quarenta e sete, vírgula, quarenta por cento. Bem, para quem se preocupa com a actividade, ou falta dela, de outros agentes, não nos parece que a actuação municipal, na prática, corresponda ao afirmado. Um outro aspecto que na gestão municipal nos preocupa e que consideramos de grande relevância diz respeito ao funcionamento e relação entre a Estrutura Municipal e a Óbidos Patrimonium em determinadas áreas, nomeadamente no que concerne aquilo que nos parece ser a promiscuidade de competências e de funções, sobretudo no

que diz ao CIS e à citada empresa. Gostaríamos que as autoridades tutelares procedessem à verificação do que atrás afirmámos. Lendo o contrato-programa, lendo e / ou ouvindo declarações públicas produzidas sobre o funcionamento / relação CMO / O.P., cremos que tem material suficiente para averiguações. O “tudo ao molho”, na nossa opinião, não é a melhor forma de gerir os recursos municipais. Ora, se em relação a alguns aspectos da actuação municipal, nomeadamente na área social, merecem a nossa concordância, em muitos outros aspectos da actividade municipal a nossa apreciação é negativa. Finalmente, e também perante as dúvidas suscitadas pelo ROC, sobretudo tendo em linha de conta os pontos sete e oito referidos na certidão, e considerando a actividade municipal espelhada nos documentos que nos são apresentados e em coerência com as críticas que formulámos a nossa posição não pode ser outra que não seja a de votar contra. Tenho dito.”.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que existem alguns dados que foram reflectidos no powerpoint que são importantes e que devem ser valorizados, nomeadamente a comparação de dois mil e um com dois mil e dez. Não sabe até que ponto é totalmente sério fazer a comparação da realidade da Câmara Municipal, referente a estes anos, atendendo às várias alterações que se foram fazendo, designadamente o modelo de financiamento das autarquias. Faltam alguns quadros que, se calhar, iriam dar resultados um pouco inversos àqueles que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal transmitiu. Podia fazer um quadro sobre as despesas com as empresas municipais, outro com as despesas de pessoal, etc.. Perguntou o que se podia entender por acordos de pagamento. Leu o documento que a seguir se transcreve: “Os eleitos do PS na Assembleia Municipal apoiaram as contas apresentadas pelo Município durante vários anos. Fomos constantes na nossa posição sempre que o Executivo PSD apresentava contas que, atendendo à situação de certas autarquias do País, se podiam considerar sustentadas. O novo mandato autárquico do PSD trouxe, infelizmente, aquilo que há muito antecipávamos, uma crescente dificuldade orçamental, um crescente endividamento, mais dívidas a fornecedores, menos investimento. O PS reconhece que esta situação, não sendo ainda dramática, exige uma especial atenção. O PS reconhece, igualmente, que as dificuldades financeiras actuais se devem, em parte, à situação conjuntural que se vive no País. Mas falar do Relatório de Gestão de dois mil e dez é ter de falar no Orçamento de dois mil e dez. E temos de regressar àquilo que dissemos em Dezembro de dois mil e nove nesta Assembleia Municipal quando a maioria do PSD aprovou, com optimismo, o Orçamento que agora revisitamos já executado. Há quinze meses atrás o PS declarou e passo a citar: “Há um optimismo desenfreado na arrecadação de receita. Não se prevê o impacto negativo das quebras das receitas fiscais, continua a falar-se em milhões de alienação de património que nunca se confirmam, e há um valor anormal de previsão de transferências de capital do Estado, quase dez milhões de euros, que nos parecem demasiado optimistas, para não dizer irrealistas”. O PS estava certo e o PSD estava errado. Mas vamos aos números. As receitas correntes em dois mil e dez foram cerca de treze milhões de euros, sendo que as despesas correntes foram dezoito milhões de euros. Para comparação diga-se que em dois mil e quatro as receitas correntes superavam as despesas correntes em mais de três milhões de euros. A receita corrente aumentou em seis anos cerca de vinte por cento mas as despesas correntes aumentaram mais de cento e vinte por cento. O que é preocupante neste relatório é que a taxa de execução das despesas correntes foi de noventa e três por cento enquanto que a taxa de execução das receitas correntes foi de apenas sessenta e oito por cento. As despesas com pessoal quase que duplicaram em seis anos. No endividamento é preocupante que tenha triplicado em valor desde dois mil e quatro e que os encargos com a dívida tenham aumentado em oito vezes no mesmo período. Em dois mil e um a dívida total do município rondava os cinco milhões de

euros e hoje é de dezasseis milhões de euros. As dívidas a curto prazo a fornecedores da CMO, sem empresas municipais, eram em dois mil e dois de um, vírgula, cinco milhões de euros, em finais de dois mil e sete de dois, vírgula, oito milhões de euros e agora, no final de dois mil e dez, de sete, vírgula, sete milhões de euros. Este enorme crescimento da dívida de curto prazo ocorreu sobretudo nos dois últimos anos, o que revela um preocupante descontrolo financeiro com a agravante de afectar, nestes tempos de crise, muitas pessoas e muitas empresas. Este é um sinal de uma gestão pouco preocupada como tecido empresarial do Concelho e da região. O total da dívida da Câmara Municipal que chegou a ser inferior a trinta por cento do total da despesa em dois mil e sete ultrapassa hoje os sessenta por cento. O total da dívida aumentou quase para o dobro de dois mil e oito para dois mil e nove e conseguiu ainda ser aumentada em dois mil e dez com um agravamento de mais quinhentos mil euros. A redução do valor de dívidas a terceiros de curto prazo foi ultrapassada pelo aumento dos empréstimos bancários que começarão a ser pagos apenas no próximo mandato aumentando os encargos da dívida para anos futuros. A autonomia financeira do município desceu abruptamente nestes dois últimos anos sendo um factor muito relevante de preocupação. Dado que se encontram a decorrer vários processos judiciais contra o Município de Óbidos, em que são pedidas indemnizações que totalizam milhões de euros, seria prudente haver uma provisão contabilística mais realista para eventuais responsabilidades. Uma nota final para as empresas municipais. Cada vez se torna mais claro que a opção por esta estratégia se revelou errada. Não estão em causa as pessoas que certamente farão o seu melhor, ainda que insuficiente, mas está em causa o conceito. Em três anos a Câmara Municipal transfere para as suas empresas municipais cerca de quatro milhões de euros e permitiu um endividamento de um milhão e quinhentos mil euros. De salientar que o passivo da empresa Óbidos Patrimonium aumentou em trinta e seis por cento no ano de dois mil e dez. O caso da Óbidos Requalifica mostra uma empresa totalmente artificial que em nada justifica a sua existência. A Óbidos Requalifica suporta uma dívida de um, vírgula, cinco milhões de euros, limita-se a gerir o dinheiro recebido da Câmara Municipal e da União Europeia e não gera qualquer receita própria. O cúmulo da inoperacionalidade é a estratégia de “investimento” em material informático, ferramentas e utensílios. A evolução negativa de vários indicadores económicos – financeiros da Câmara Municipal é já uma realidade e, se não forem tomadas, com brevidade, medidas adequadas, agravar-se-á nos próximos anos. Tal evolução decorre, certamente, da conjuntura geral, mas principalmente de políticas de gestão do Executivo do PSD. As políticas de gestão do Município têm originado um aumento descontrolado das despesas correntes. Quanto às despesas de investimento, a pressa com que foram elaborados vários projectos originou erros graves que motivam trabalhos a mais com custos elevadíssimos que são integralmente suportados pelo Município e boa parte eram evitáveis. O Grupo Municipal do PS em Óbidos.”.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que só ler os números não tem interesse nenhum. Os últimos dois anos foram os anos de maior afirmação de maior investimento. Com palácios como têm nas escolas, com a rede de creches que têm, com praticamente todos os jardins renovados, não percebe como é que o Senhor Deputado diz que isso é um descontrolo. Isto foi feito deliberadamente, conscientemente. Quem não quiser estar com este modelo que o diga. O pessoal cresceu porque receberam cem funcionários do Ministério da Educação. Cumprem acima de todas as portarias, em termos de funcionários para que a população viva como se estivesse em colégios privados, um modelo completamente sustentado pelo Município de Óbidos. As receitas estão a ser desviadas para todos os dias gastarem dinheiro com as pessoas. Digam onde estão a gastar mal o dinheiro. Não existem argumentos novos. A Óbidos Requalifica tem uma dívida de um milhão e meio e um património que vale quanto? Tem essa dívida para ter

esse património. Uma empresa que transforma uma lixeira de betão num parque tecnológico foi uma coisa negativa? Uma empresa que não pode acabar porque é beneficiária de fundos comunitários, para o Senhor Deputado elimina-se. Fizeram o empréstimo para infra-estruturar, está lá o dinheiro, não desapareceu. Se contasse aos gestores do QREN aquilo que o PS diz sobre esta matéria, eles envergonhavam-se. Dizer que a Câmara Municipal está pouco preocupada com o tecido económico do Concelho? Vão ver a listagem de investimentos aprovados, investimentos privados no QREN e comparem com outros municípios. Isto desmente estas afirmações, porque mostra que o tecido económico privado quer apostar no Concelho, vai ajudar a aumentar o PIB concelhio, vai criar empregos e a próxima década é uma década de benefícios que essas pessoas trazem para cá. Reduzir isto aos números e desligarem-se da realidade não é sério, não se deve fazer, é enganar. Se disserem que são contra o complexo do Furadouro, são contra o complexo do Alvito, são contra os funcionários municipais, ou apresentarem a lista dos que devem ser demitidos, para reduzirem a despesa com pessoal, digam. Sejam consequentes, uma vez que seja. Deixem as empresas municipais em paz. As empresas municipais mereciam um louvor, porque andam a dizer que até gostam disto. Dantes diziam mal, agora dizem bem. Quem é que agita economicamente esta terra? Quem é que põe este território a continuar a ser atractivo? Não são as empresas municipais? Quando ouve o Senhor Deputado Luís Carvalho falar, verifica que ele não percebe nada de gestão autárquica. Digam quais são os investimentos que a Câmara Municipal não deve fazer. Enquanto o PS tiver o Senhor Vereador José Machado, a Câmara Municipal está bem. É o homem certo para o Concelho e para a Câmara Municipal continuar a conseguir ter este modelo. São incapazes de atrair gente nova, são incapazes de ter novas ideias, ter alternativas e de pôr o dedo na ferida. Porque é que não se opuseram à transferência de cem funcionários para o Município de Óbidos. Não tem nenhum problema em ver que o quadro das despesas correntes ficou maior do que o das despesas de investimento. Sabia o que estava a fazer. Assume aquilo que fazem. Se querem que as pessoas sejam bem atendidas, que tenham trinta serviços sociais, que tenham política para os idosos e para as crianças, têm que ter recursos humanos. Atacar as despesas com pessoal é atacar o pessoal, é atacar os serviços, é atacar a qualidade de vida das populações e é atacar o modelo que pregam. Encontraram um Concelho atrasado. Ainda precisa de muitas coisas. Estão a fazer esforços no sentido de dotar o Concelho de Óbidos, para os próximos cinquenta anos, de um parque escolar municipal, como nenhum concelho da Europa tem. A realidade lá fora é importante, pelo que não deve ser esquecida. Gostava que a Assembleia Municipal dissesse à Câmara Municipal para continuar este caminho, para fazer ali, para mudar acolá e que dessem informação. A comunicação social tem ajudado imenso a dar palco a gente sem valor nenhum, a gente que diz as maiores irresponsabilidades e que não têm noção. A conta não é o orçamento, a previsão de há quinze meses. A conta é a fotografia registada, intemporal, organizada nos termos da Lei. O administrador da Óbidos Patrimonium recebe o salário do Vereador. Está sujeito às mesmas reduções de ordenado impostas pelo Governo. Em dois mil e nove e em dois mil e dez não tiveram nenhuma derrapagem, não tiveram nenhum desvario, não ficaram doidos. Aquilo que fizeram foi construir pequenos impérios. Louvou o Senhor Deputado Luís Carvalho, por ter tido um remoto de consciência, para terminar a sua intervenção a dizer que isto é perfeitamente recuperável. Quando virem a avaliação do património que estão a concluir, provavelmente têm uma surpresa sobre aquilo que é hoje a realidade patrimonial do Município de Óbidos, grande parte dele adquirido à custa de poupanças dos últimos dez anos. Quando vêm acusar sobre o valor da receita, depois também não venham levantar dificuldades quando a Câmara Municipal quiser vender coisas. Não se lembra de nenhuma operação de obtenção de receita por alienação de bens de domínio privado municipal

que tivesse apoio por parte do PS, ou de outros partidos.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a dívida de cada cidadão de Óbidos, em relação à dívida do Estado, é de oito vezes menos. Em relação aos acordos disse que são questões externas.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que o Senhor Deputado Custódio Santos fez uma intervenção escrita, pondo em causa a existência das empresas municipais. Os estatutos que as aprovaram foram submetidos aos órgãos autárquicos. Depois vem fazer querer, repetido pelo Senhor Deputado Luís Carvalho, que quem está na Óbidos Patrimonium está a receber o mesmo que os socialistas recebem em Guimarães, Capital da Cultura. O que têm é os Vereadores da Câmara Municipal, que são administradores das empresas municipais, ganhando zero. Um executivo de uma das empresas municipais recebe o equivalente ao vencimento de um Vereador. Para o trabalho que é feito, com o curtíssimo orçamento que tem a Óbidos Patrimonium, é muitíssimo pouco. É trabalho mal pago. Os funcionários que são da Câmara Municipal são da Câmara Municipal. Os funcionários que são das empresas municipais são das empresas municipais. Na Óbidos Patrimonium, as horas extraordinárias são pagas a muito menos que a hora ordinária. Não há promiscuidade dos funcionários. O Senhor Deputado Custódio Santos vem com uma história de que a Óbidos Requalifica tem despesas de investimento de setecentos e cinquenta mil euros e paga duzentos mil euros aos funcionários. Esta despesa é receita dos fundos comunitários. É despesa zero. Vem dizer que duzentos mil euros é muito dinheiro para pagar cinco técnicos por ano, altamente qualificados. O pior que ficou foi a atitude, mandar pedras, querer enxovalhar, enlamear quem dá o seu melhor por um preço baixo. É esse esforço, esse sacrifício, essa dedicação que tem que ser exaltada. Mais uma vez vem ameaçar que se vai queixar à entidade tutelar. Por último falou sobre a conta que está em apreciação.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Deputado José Botelho devia dar atenção ao que é lido, para melhor se poder pronunciar. Na última Assembleia Municipal pediu que lhe fosse fornecido o quadro de pessoal e respectivas remunerações, das empresas municipais. Ainda não lhe foram entregues. Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer cumprir o que está deliberado.-----

---Como não houve mais intervenções, foram os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e dez do Município de Óbidos postos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com dezoito votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e noventa e dois, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa apresentou os seus agradecimentos aos elementos que compuseram a Comissão. A Comissão conseguiu articular-se muito bem e existiu uma grande cordialidade e intenção de produzirem a alteração ao regulamento. Enquanto elemento do PS, foi intenção propor o aumento da bolsa. Tal não foi possível, devido a dificuldades financeiras, mas tal divergência nunca impediu que os trabalhos decorressem e se conseguisse concretizar o objectivo, que era a proposta desta alteração de regulamento. No regulamento aprovado acabou por ser eliminado do texto original o valor máximo global de dois mil euros por ano. Este valor

fica dependente do que for incluído no orçamento de cada ano. Espera que o valor que venha a ser incluído no orçamento não seja inferior ao valor que inicialmente foi proposto pela Comissão.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil quatrocentos e três, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Alteração ao Regulamento de Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção Social do Município de Óbidos.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que ficou com a ideia que os contributos do PS não tinham sido aceites.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o PS e o PCP apresentaram um conjunto de propostas. O PS apresentou um conjunto de considerandos e ao mesmo tempo uma proposta, a quarta, que foi considerada pela Câmara Municipal e é relativa ao período do *terminus* do prazo de candidatura. Não faria sentido, agora, estar a colocar este prazo, porque iria condicionar o resto do período. A Câmara Municipal considerou as mesmas e incluíram esta proposta do PS no regulamento. Por outro lado, o PCP apresenta uma proposta de critérios que também foi considerada. Esses critérios foram vertidos para o regulamento. Na reunião de Câmara, o Senhor Vereador José Machado discutiu um conjunto de outras propostas. Aquilo que se assumiu foi que poderiam, hoje, discutir os assuntos e incluir alguma proposta.-----

---A Senhora Deputado Maria Cristina Rodrigues disse que estão numa situação que não se pode resolver hoje. Há uma ou outra questão que gostava de ver reflectida no Regulamento. A Câmara Municipal tem poder quase discricionário e total para administrar as coisas. O júri é designado pelo Presidente da Câmara Municipal. As coisas são assim, mas podem ser de outra maneira. Não há condições para alterar o Regulamento, dado o adiantado da hora, e em sede de Assembleia Municipal.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a razão da urgência tem a ver com o valor estabelecido. Se não colocarem o documento à aprovação hoje, significa que as instituições correm o risco de em Maio não terem financiamento. O poder do Presidente da Câmara Municipal é delegado nos termos da legislação aplicável e pode, se assim o entender, subdelegar. É uma questão meramente técnica.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que estão a falar de um júri e não de competências delegadas. Percebeu um pouco melhor a possibilidade de o Presidente da Câmara Municipal, em determinadas circunstâncias, que estão previstas no projecto, se arrogar ao poder e tomar uma decisão final, diferente da do júri. É tratar o júri como uma entidade sobre a qual se delegou um determinado tipo de competências. A entidade delegante pode, a qualquer momento, avocar estas mesmas competências. Um júri é pressuposto ter um conjunto de autonomia e uma intervenção na avaliação das propostas que não é compatível com a figura de delegação de competências.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que nunca uma decisão de um júri foi posta em causa pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou por qualquer Vereador. O júri é soberano, é autónomo e soberano. O que pretendem é que a homologação da decisão final do júri

seja rápida.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que o regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal e vem à Assembleia Municipal para esta o aprovar ou não. Não tem poderes para alterar o que quer que seja.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que a Lei é clara. A Assembleia Municipal pronuncia-se sobre quaisquer questões que sejam atribuição do Município. A Câmara Municipal aprova o que muito bem entender, submete à apreciação da Assembleia Municipal, e esta, depois de apreciar, pode propor alterações.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento de Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção Social do Município de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do Partido Socialista votou a favor este ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos de vinte e nove de Abril de dois mil e onze por o mesmo se revelar fundamental para que se concretize o Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção Social. No entanto o Partido Socialista não pode deixar de lamentar que a maioria do PSD e o Executivo não tenham aceite as propostas formuladas pelo PS designadamente aquela que se destinava a garantir uma efectiva independência do júri competente para aprovar as medidas deste programa. Em vinte e nove de Abril de dois mil e onze. O Grupo Municipal do Partido Socialista em Óbidos.”.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS POR MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, REFERENTE À REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOSEFA DE ÓBIDOS, NOS TERMOS DO PREVISTO NO NÚMERO SEIS, ARTIGO VINTE E DOIS, DO DECRETO-LEI CENTO E NOVENTA E SETE, BARRA NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil e quatrocentos, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a repartição dos encargos por mais de um ano económico, referente à Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho.-----

---O Senhor Deputado Fernando Silva disse que se congratula por finalmente ver que as obras de ampliação e requalificação da Escola Josefa de Óbidos vão ser alcançadas e vão ser feitas. Sabe que o percurso não foi fácil. Deixou o seu agradecimento pessoal ao Executivo por ter insistido em continuar um trabalho que alcançou um objectivo, que permite no biénio dois mil e doze, dois mil e treze, dotar o Concelho de todo o equipamento capaz, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Toda a obra foi realizada desde dois mil e dois, com os jardins-de-infância, os complexos escolares e agora a ampliação e requalificação da Josefa de Óbidos. Hoje os complexos escolares não funcionariam se o Município não financiasse os funcionários, com as suas dotações próprias. A portaria que neste momento rege a distribuição de pessoal não docente para as escolas está ultrapassada. Não se pode continuar a viver com portarias que atribuam um funcionário para cinquenta alunos, ou nas escolas básicas um funcionário para cem alunos. Estão a construir o sistema educativo para os próximos cem anos. Deu o seu voto de louvor ao Executivo e disse que vota a favor da autorização.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que votam favoravelmente. Não têm qualquer informação acerca daquilo que vai ser feito. Fazem questão que as sugestões que o

Senhor Vereador José Machado fez, relativamente aos projectos das obras, sejam vertidas nos projectos finais, a fim de evitar o que aconteceu com os complexos escolares. As sugestões vão-se reflectir numa diminuição do custo das obras e também nos custos de gestão corrente das despesas que a obra e a escola vai ter nas próximas décadas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, nos termos em que está a ser preparada, a Câmara Municipal é a dona da obra, mas conseguiram assegurar os seis milhões de euros de investimento estimados. Os novos complexos foram feitos cumprindo a legislação. Os complexos têm painéis solares, têm modelos de gestão eficientes do ponto de vista energético. O primeiro deles está preparado para poder também ir nesse sentido. Só não foi, porque na altura essa despesa não era uma despesa elegível, não era uma componente para a qual tivessem financiamento. O Senhor Vereador José Machado foi desafiado a dar o seu contributo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização a repartição dos encargos por mais de um ano económico, referente à Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do PS votou a favor das verbas para a requalificação da Escola Josefa de Óbidos, na Assembleia Municipal de vinte e nove de Abril de dois mil e onze, na convicção de que as obras que a CMO pretende efectuar se faça com base em projecto actualizado de acordo com os fundamentos da declaração de voto feita na última sessão pública de Câmara pelo Vereador José Machado. O Vereador José Machado votou a favor desta proposta, tendo em conta que o Senhor Presidente da Câmara reafirmou a sua concordância já anteriormente manifestada, designadamente na reunião de Câmara de seis de Abril de dois mil e onze, em ser efectuado, antes do lançamento do concurso internacional, um conjunto de ajustamentos aos projectos e caderno de encargos, relativos à modernização da Escola Josefa de Óbidos, os quais serão confirmados numa das próximas reuniões da Câmara Municipal. Os referidos ajustamentos são os que foram genericamente consensualizados na Câmara Municipal, nomeadamente na reunião de vinte e seis de Janeiro, o que originou a ida do Vereador José Machado ao Complexo Logístico Municipal naquele dia, para falar com a Arq. Maria José Pato sobre os projectos relativos à modernização da Escola Josefa de Óbidos. Atendendo a que a estimativa orçamental total da requalificação desta escola é presentemente de seis, vírgula, cinco milhões de euros, mais IVA, existe um diferencial de meio milhão a crescer ao IVA, que será perfeitamente possível evitar com ajustamentos aos projectos. Para além disso, importa providenciar para evitar, o mais possível, eventuais trabalhos a mais. Importa, antes do lançamento do concurso, prevenir a repetição de erros e omissões que se registaram nas obras dos Complexos Escolares dos Arcos, do Alvito e do Furadouro. Será da maior utilidade esclarecerem-se os aspectos atrás citados, a fim de melhor se poderem analisar as soluções propostas e, de seguida, ser efectuada uma revisão aos projectos e cadernos de encargos. Em vinte e nove de Abril de dois mil e onze. O Grupo Municipal do Partido Socialista em Óbidos.”.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIAÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS POR MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, REFERENTE AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M. E O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, PARA O BIÉNIO DE DOIS MIL E ONZE E DOIS MIL E DOZE, NOS TERMOS DO PREVISTO NO NÚMERO SEIS, ARTIGO VINTE E DOIS, DO DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E NOVENTA E SETE, BARRA,

NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil quatrocentos e seis, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a repartição dos encargos por mais de um ano económico, referente ao contrato-programa entre a Empresa Municipal Óbidos Patrimonium, E.E.M. e o Município de Óbidos, para o biénio de dois mil e onze e dois mil e doze, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os contratos-programa com a Óbidos Patrimonium nem sempre mereceram, da parte do Tribunal de Contas, entidade que tem que visar os mesmos, uma repartição de encargos. Veio agora fazê-lo, nos termos do já citado Decreto-Lei.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o seu voto é contra, porque ainda não recebeu os documentos que solicitou, referentes às empresas municipais. Não concorda com a forma de funcionamento das mesmas.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização da repartição dos encargos por mais de um ano económico, referente ao contrato-programa entre a Empresa Municipal Óbidos Patrimonium, E.E.M. e o Município de Óbidos, para o biénio de dois mil e onze e dois mil e doze, nos termos do previsto no número seis, artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, noventa e nove, de oito de Junho, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra este ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos de vinte e nove de Abril de dois mil e onze já que perante as contas de gestão financeira da CMO e os relatórios de gestão das empresas municipais, em especial da Óbidos Patrimonium revelam uma situação que deve preocupar os agentes políticos municipais. Em política aquilo que se exige é que se saibam fazer opções e a actual situação financeira do País e do Município não são compatíveis com transferências milionárias para uma empresa municipal para serem organizados eventos que há muito se percebeu que não se pagam a si mesmos. Cada vez se torna mais claro que a opção por esta estratégia se revelou errada. Em três anos a Câmara Municipal transfere para as suas empresas municipais cerca de quatro milhões de euros e permitiu um endividamento de um milhão e quinhentos mil euros. De salientar que o passivo da empresa Óbidos Patrimonium aumentou em trinta e seis por cento no ano de dois mil e dez. Aquilo que se pede ao Partido Socialista é que contribua para a melhoria da situação financeira municipal o que fazemos não votando a favor de propostas que se limitam a transferir para esta empresa municipal mais um milhão e seiscentos mil euros em dois anos. A CMO acumulou em dois mil e dez cerca de dezassete milhões de euros em dívidas. Foi o Presidente Telmo Faria que em dois mil e dez, depois de o PS o ter dito muito antes, que “Estamos a fazer uma análise para perceber se ainda é útil manter as empresas municipais mas pretendemos avançar com um modelo de remodelação que passa pela criação de uma fundação municipal”. Hoje está à vista que este modelo de empresas municipais está esgotado e não deve ser mais financiado pelo Município muito menos nestes montantes que são uma afronta aos munícipes. Em vinte e nove de Abril de dois mil e onze. O Grupo Municipal do Partido Socialista em Óbidos.”.-----

---PONTO NÚMERO SETE – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E DEZ, DA EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS PATRIMONIUM PARA

CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e noventa e seis, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e dez, da Empresa Municipal Óbidos Patrimonium.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO OITO – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E DEZ, DA EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS REQUALIFICA PARA

CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e noventa e cinco, de vinte de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e dez, da Empresa Municipal Óbidos Requalifica.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO:

- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESAFECTAÇÃO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA ÁREA DE DEZ MIL METROS QUADRADOS, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO QUATRO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONFORME IDENTIFICADO NA PLANTA ANEXA AO ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO, LOCAL ONDE SE ENCONTRA IMPLANTADA A ETAR DO CASALITO:

--- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil quinhentos e dezasseis, de vinte e oito de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta para desafecção para o domínio privado da área de dez mil metros quadrados, ao abrigo do previsto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme identificado na planta anexa ao aditamento ao alvará de loteamento, local onde se encontra implantada a Etar do Casalito.-----

---Como não houve intervenções, foi a proposta para desafecção para o domínio privado da área de dez mil metros quadrados, ao abrigo do previsto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme identificado na planta anexa ao aditamento ao alvará de loteamento, local onde se encontra implantada a Etar do Casalito, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO ONZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes.-----

---Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de munícipe, para dizer que é tradição fazer esta Assembleia Municipal na última noite do mês. Essa noite foi sempre muito especial em Óbidos, na medida em que se celebram os Maios. Tem pena que

tivessem mudado o feriado municipal para Janeiro. Criaram uma história, uma lenda, a conquista aos mouros. É uma pena que esta tradição se esteja a perder. Espera que amanhã à noite haja uma vela acesa só para recordar a tradição e que as ruas de Óbidos, no dia um de Maio, estejam todas cheias com aquela encenação desse ritual de passagem que são os Maios. Quem quiser mudar a data do feriado municipal tem um adepto, no sentido de tentarem criar uma tradição que infelizmente tem vindo a quebrar. O feriado municipal é a data do povo.-----
---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----
---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas, do dia trinta de Abril do corrente ano. E eu Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----